

PROJETO DE LEI № 02, 15 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a retirada do Município de Tacaimbó do Consórcio dos Municípios do Agreste e Mata Sul de Pernambuco - COMAGSUL, revoga a Lei Municipal nº 620/2013, bem como o Protocolo de Intenções e Declaração de Interesse, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TACAIMBÓ, Estado de Pernambuco, através dos poderes conferidos pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação da Câmara de Vereadores, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica autorizada a retirada da Participação do Município de Tacaimbó do Consórcio de Municípios do Agreste e Mata Sul de Pernambuco - COMAGSUL.

Art. 2º Ficam revogados a Lei Municipal nº 620/2013, o Protocolo de Intenções ratificado pelo Município em 28 de maio de 2013 e qualquer declaração de interesse ou instrumento que vincule o Município ao COMAGSUL.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a adotar todas as medidas administrativas e legais necessárias para formalizar a desvinculação do Município de Tacaimbó do COMAGSUL.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tacaimbó/PE, 15 de janeiro de 2025.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA

Prefeita do Município de Tacaimbó/PE

Telefone: (81) 3755-1257



## MENSAGEM AO PROJETO DE LEI N° 02 DE 15 DE JANEIRO DE 2025

Senhor Presidente da Câmara de Vereadores,

Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras,

Venho respeitosamente à presença de Vossas Excelências propor o Projeto de Lei em anexo que "Dispõe sobre a retirada do Município de Tacaimbó do Consórcio dos Municípios do Agreste e Mata Sul de Pernambuco - COMAGSUL, revoga a Lei Municipal nº 620/2013, bem como o Protocolo de Intenções e Declaração de Interesse, e dá outras providências".

Desde a gestão anterior, verificava-se a ausência de interesse e de efetividade na participação do Município de Tacaimbó no referido Consórcio. Além disso, não há registro de prestação de serviços ou suporte efetivo do COMAGSUL ao Município nos últimos anos, evidenciando a total desconexão entre os objetivos do Consórcio e as demandas locais.

Outro ponto relevante é que, mesmo sem oferecer qualquer serviço ou benefício concreto ao Município, o COMAGSUL continua a realizar cobranças de rateio, gerando custos financeiros desnecessários e sem qualquer retorno prático para a população tacaimboense. Tal situação é incompatível com os princípios de eficiência e economicidade que norteiam a administração pública.

Ao longo dos anos, ficou evidente que a manutenção do vínculo com o COMAGSUL não contribui para o atendimento das prioridades do Município. Pelo contrário, essa vinculação representa uma despesa que poderia ser melhor alocada em ações diretamente voltadas às necessidades da população.

A desvinculação proposta neste Projeto de Lei permitirá à gestão municipal concentrar recursos e esforços em políticas públicas de impacto direto, promovendo maior autonomia administrativa e financeira.

Com isso, o Município poderá redirecionar recursos para áreas estratégicas, como saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento social, assegurando um melhor retorno à sociedade.

Dessa forma, reforçamos que esta medida é necessária, urgente e amplamente justificada, considerando a inexistência de benefícios ou serviços prestados pelo COMAGSUL ao Município, bem como a continuidade de cobranças indevidas e sem respaldo na efetiva colaboração intermunicipal.



Solicitamos que o projeto seja tramitado em **REGIME DE URGÊNCIA**, contando com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta matéria, reafirmamos o compromisso da gestão municipal com a eficiência administrativa e o bem-estar da população tacaimboense.

Atenciosamente,

Tacaimbó/PE, 15 de janeiro de 2025.

JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA

Prefeita do Município de Tacaimbó/PE